

A qualidade do novo ensino médio nos limites dos Centros de Ensino em Período Integral de Goiás

He quality of the new high school in the limits of the Centers of Education in Goiás integral period

Alcio Crisóstomo Magalhães 1
Terita Michele da Silva Ferreira²

Resumo:

O objetivo deste trabalho é demonstrar os principais determinantes da estruturação do ensino médio integral no estado de Goiás. A análise dos documentos normativos e dos manuais operacionais dos Centros de Ensino em Período Integral de Goiás (CEPIs), bem como observações das rotinas pedagógicas e entrevistas semiestruturadas com gestores e docentes de uma unidade de ensino da cidade de Goiânia, correspondem ao instrumento investigativo. O suporte teórico-metodológico da pesquisa são as produções científicas dos Grupos de Estudo e Pesquisa que estabelecem interlocuções epistemológicas e conceituais com o GT Trabalho e Educação da ANPEd. O estudo evidencia que a ampliação da carga horária do ensino médio em Goiás, entre os anos de 2013 e 2018, reconfigura a noção de organização do trabalho pedagógico, reduz o número de professores e estudantes por escola, intensifica os instrumentos de aferição de resultados discentes (provas, testes, simulados), conserva a centralidade na aula, amplia os mecanismos de controle do trabalho docente, integra a educação da juventude goiana às principais diretrizes do movimento nacional pela reforma empresarial da educação, promove a diferenciação curricular, institucionaliza a perspectiva de qualidade centrada no pressuposto de habilidades, competências, Protagonismo Juvenil e saber interessado.

Palavras-chave: Hegemonia; Reestruturação produtiva; Ensino médio integral; CEPI

Abstract:

The objective of this work is to demonstrate the main determinants of the structuring of integral secondary education in the state of Goiás. and semi-structured interviews with managers and teachers of a teaching unit in the city of Goiânia, correspond to the investigative instrument. The theoretical-methodological support of the research are the scientific productions of the Study and Research Groups that establish epistemological and conceptual dialogues with the Work-education GT of ANPEd. The study shows that the expansion of the workload of High School in Goiás, between the years 2013 and 2018, reconfigures the notion of organization of pedagogical work, reduces the number of teachers and students per school, intensifies the instruments for measuring student results (exams, tests, simulations),

¹ Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Docente da Universidade Estadual de Goiás – Unidade ESEFFEGO/Goiânia. Membro do Laboratório de Pesquisas em Lazer, Esportes e Estudos do Corpo – LAPELEC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0940-9665>. E-mail: alciocri@gmail.com

² Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Docente da Secretaria de Esporte e Lazer do Estado de Goiás. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5908-8885>. E-mail: teritabernardo@gmail.com

maintains centrality in the classroom, expands the mechanisms of control of teaching work, integrates the education of Goiás youth to the main guidelines of the national movement for business education reform, promotes curricular differentiation, institutionalizes the perspective of quality centered on the assumption of skills, competences, Youth Protagonism and interested knowledge.

Keywords: Hegemony; Productive restructuring; Elementary School; CEPI

Introdução

Este artigo analisa a estruturação do ensino médio integral em Goiás entre os anos de 2013 e 2018, contexto no qual ocorre a primeira fase do processo de implementação dos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) no Estado. Trata-se de um recorte elaborado a partir de pesquisa cadastrada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Graduação da Universidade Estadual de Goiás – UEG, cujo principal objetivo é compreender a organização do trabalho pedagógico em um contexto inicial de ampliação de jornada diária, reconfiguração dos tempos/espacos de formação e redefinição dos pares dialéticos objetivo/avaliação, conteúdo/metodologia em alguns colégios de ensino médio da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (SEDUCE).

O estudo tem por objetivo compreender os principais determinantes do processo de implantação do Ensino Médio integral no Estado de Goiás ao final de um circuito de 05 anos de gestão socialdemocrata da educação. Busca-se apreender a concepção de Organização do Trabalho Pedagógico em uma realidade de reforma empresarial do Ensino Médio.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) expressa um momento novo na disputa pela prioridade na definição dos princípios da formação das juventudes no Brasil.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996).

Essa é a síntese que projeta um novo sentido para o Ensino Médio e que torna-se ideia força do conjunto normativo expresso, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Plano Nacional de Educação 2001/2010, no Decreto nº 2.208/97, na

Portaria MEC nº 646/97, no Decreto nº 6.094, de 2007 (Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação), na Emenda Constitucional nº 59/2009, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM/2012), no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), no Pacto do Ensino Médio, nas políticas públicas de Formação Continuada de Professores do Ensino Médio e no Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI/2009).

Nesse novo cenário o Ensino Médio é redimensionado em forma, conteúdo e princípios. Além de ser integrado como etapa final do ciclo de Educação Básica, organizado em áreas de conhecimento, estruturado em dois Núcleos de saberes, o novo Ensino Médio passa a assumir o Trabalho, a Ciência e suas tecnologias e a Cultura como categorias fundantes. Os programas de reorganização curricular e formação continuada de professores são algumas das diretrizes do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PACTO-EM), uma das materializações desse esforço de reestruturação nacional do Ensino Médio. Contudo, a grande novidade nessa reestruturação é a necessidade de ressignificação e ampliação dos tempos e espaços de formação. Desenvolver uma perspectiva de Organização de Trabalho Pedagógico capaz de abarcar o todo expresso na sentença Ensino Médio Integral, torna-se o desafio.

Nesse esforço de busca de novos parâmetros para a escolarização da população de 15 a 17 anos, o Estado de Goiás adere ao movimento nacional de ampliação de carga horária mínima obrigatória (passando de 2.400 para 3.000 horas) e de redefinição dos parâmetros de qualidade para o Ensino Médio. O Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) integra à ideologia das habilidades e competências, elementos centrais da Reestruturação Curricular ocorrida no Estado de Goiás no início dos anos 2000, as ideias de Inovação, Protagonismo, Boas Práticas de Ensino e Redesenho Curricular, bem como, lança as bases daqueles que podem ser entendidos como os limites do primeiro ciclo de implantação do Ensino Médio Integral no Estado, ocorrido entre os anos de 2013 e 2018.

Por meio da Lei 17.920/12 o Governo de Goiás institui uma espécie de projeto piloto para a implantação do Ensino Médio Integral no Estado. Quinze colégios passaram a integrar o Programa Novo Futuro. Foram transformados em Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) e tornaram-se referências para o gradual processo de ampliação da oferta de Ensino Médio integral no Estado, ocorrida em sua primeira fase no contexto de fechamento de um ciclo de quase duas décadas de Governo socialdemocrata em Goiás.

O Programa Novo Futuro, baseia-se na Tecnologia Empresarial Odebrecht para alterar a relação objetivo/avaliação, metodologia/conteúdo e gestão, portanto toda a concepção de

Organização do Trabalho Pedagógico, das 41 unidades de ensino médio que até o final de 2017 compunham o conjunto dos Centros de Ensino Médio em Período Integral de Goiás.

A interlocução entre os CEPIs e todo o movimento nacional pela reforma do Ensino Médio, iniciado ainda no apagar das luzes do Século XX, revela que além de se tornar estratégica para a nova pedagogia da hegemonia, o Ensino Médio no ciclo de capitalismo total é importante chave de leitura para se compreender um curtíssimo circuito histórico caracterizado por continuidades e rupturas, pelo esforço de um consenso possível, de neutralização de antagonismos históricos, pelo esgarçamento das teorias no limite do esvaziamento do radicalismo conceitual e pela ressignificação de categorias históricas. Desenvolver este argumento é o propósito desta síntese que busca analisar criticamente o processo inicial de estruturação do ensino médio integral nos colégios da rede pública estadual de Goiás.

A análise da organização do trabalho pedagógico dos Centros de Ensino em Tempo Integral (CEPIs) do Estado de Goiás permite compreender o sentido da expansão do Ensino Médio em um contexto de reformas neoliberais caracterizadas pelo entrelaçamento entre o poder público e as diretrizes dos reformadores empresariais da educação.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de caráter qualitativo, foi desenvolvida ao longo de dois anos e em três momentos distintos, articulados e complementares. A síntese que se anuncia corresponde a um recorte de uma pesquisa científica vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás e desenvolvida entre os anos de 2019 e 2020 como parte do macroprojeto de investigação *Escola e Cultura Política: as interfaces com a organização do trabalho docente e a formação*.

Tendo por referência a concepção de análise de conteúdo de Bardin (2009), inicialmente se desenvolve um estudo acerca do conjunto de reformas que caracteriza o movimento do ensino médio no Brasil desde o final dos anos 1990. Por meio de uma interlocução com os pesquisadores críticos da categoria Trabalho e Educação, busca-se compreender os nexos de sentido entre o projeto político-hegemônico e os principais documentos que desde a LDB de 1996 vêm dando diretrizes ao ensino médio no país.

Tomando esse suporte teórico-metodológico como primeiro movimento do procedimento investigativo, desenvolve-se um segundo momento da pesquisa, qual seja, a análise de conteúdo da legislação, dos documentos internos da SEDUCE/GO, bem como dos

textos normativos e manuais operacionais que orientam e padronizam o trabalho pedagógico dos CEPIS no Estado de Goiás. Nessa fase, são identificadas as concepções de educação e de ensino médio expressas no novo ordenamento legislativo estadual, nas diferentes cartilhas didáticas do Programa Novo Futuro, na matriz de referência conceitual da transformação dos colégios em CEPIS e nas falas dos gestores acerca das Diretrizes do Ensino Médio Integral em Goiás. Esses dois momentos exploratórios iniciais permitiram a escolha de uma unidade de ensino e dos sujeitos representativos do todo da reforma goiana.

Por meio deste estudo prévio de caráter bibliográfico-documental, chegou-se ao *locus* de coleta dos dados e ao universo amostral, um dos sete primeiros colégios escolhidos para a implantação piloto da nova estrutura de ensino. Trata-se de unidade de ensino localizada na região central da cidade de Goiânia, que possui uma infraestrutura física e didático-pedagógica privilegiada em relação à maioria dos demais colégios da cidade e que aderiu voluntariamente ao convite de adesão feito pela Superintendência de Ensino Médio da SEDUCE/GO. Para além dessas condições, pré-requisitos únicos e fundamentais para a integração das instituições à primeira fase da implantação da experiência, a unidade de ensino corresponde a campo de Estágio Curricular Supervisionado da Universidade Estadual de Goiás, situação favorável para a observação da organização do trabalho pedagógico (planejamentos, aulas, avaliações e simulados) e dos momentos de culminância das ações do Núcleo Diversificado (Eletivas, Protagonismo Juvenil e Estudo Orientado), bem como para as entrevistas com a população amostral.

Dessa observação da dinâmica interna de funcionamento da instituição de ensino foram construídas as categorias gerais de análise que nortearam a elaboração de um questionário, composto por três questões objetivas e sete abertas. O grupo gestor da unidade, formado por Diretor, Coordenadora Pedagógica, 15 professores (pelo menos um de cada Componente Curricular) e 24 estudantes (2 de cada turma) do universo das 12 salas de ensino médio da instituição responderam aos questionários, perfazendo um total de 52 entrevistados.

Os sujeitos da pesquisa receberam os questionários na mesma semana e tiveram 30 dias, contados do momento do aceite e acesso às perguntas, para a devolução. Todos os questionários foram devolvidos, apresentando níveis distintos de interação dos entrevistados com as questões. Todas as três questões objetivas foram respondidas, enquanto as sete questões abertas deixaram de ser respondidas por 10% dos entrevistados.

Para efeito de preservação do anonimato das fontes, optou-se por não mencionar o nome do Centro de Ensino em Período Integral selecionado, tampouco de seus sujeitos. Nos casos em

que se fez necessária a menção direta aos entrevistados, optou-se pela identificação dos mesmos pela primeira letra indicativa de sua função³, seguida de numeração correspondente à ordem de entrevista. Ainda com esse mesmo propósito, a gestora da Superintendência de Ensino Médio é identificada apenas com a letra indicativa de sua função na estrutura administrativa da SEDUCE/GO.

Para efeito de apresentação formal, a opção foi uma síntese dissertativa a partir dos dados colhidos na interlocução com a unidade de ensino de referência para o estudo, não se explicitando, portanto, os dados estáticos possibilitados pelos questionários. Apesar de tratar-se de uma análise produzida a partir de um único universo amostral, considerando o caráter altamente prescritivo das Diretrizes Operacionais do Programa Jovem do Futuro e, por assim dizer, a padronização da organização do trabalho pedagógico nos CEPIs de Goiás, as conclusões produzidas a partir da pesquisa de campo podem e devem ser estendidas ao conjunto das instituições que foram escolhidas para a estruturar inicialmente o ensino médio em tempo integral em Goiás.

Apropriação por ressignificação: as Diretrizes Curriculares Nacionais do Novo Ensino Médio nos Centros de Ensino em Período Integral de Goiás

O aumento da carga horária diária, a adesão aos procedimentos burocrático-administrativos prescritos pela chamada Tecnologia de Gestão Educacional, a divisão do tempo pedagógico dos colégios entre atividades de Núcleo Comum agrupadas em áreas de conhecimento (Linguagens e Códigos, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza) e Núcleo Diversificado (Protagonismo Juvenil, Eletivas, Projeto de Vida, Estudo Orientado, Práticas de Laboratório, Avaliação Semanal e Pós-Médio) são os traços característicos do processo de implementação do Ensino Médio Integral em Goiás.

A Lei nº 17.920/12, uma espécie de salvaguarda legal à adesão goiana aos princípios do Programa Novo Futuro do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), institui o ensino médio inovador em Goiás.

O Novo Futuro aprimora a intervenção das ferramentas privadas na gestão pública (...). Trata-se da ênfase que se dá aos modelos gerenciais capazes de medir o trabalho

³ D: Diretor
C: Coordenador
P: professor
E: Estudante
G: Gestora da SEDUCE/GO.

através de indicadores que seguem os critérios padronizados de desempenho. Tudo vira estatística, indicativo. (FERREIRA, 2017, p. 88).

É por meio dessa racionalidade que o ensino médio público em Goiás ressignifica-se como projeto político-pedagógico. A ideia de formação integral mediada pelo trabalho, ciência e cultura e para o desenvolvimento de uma prática social que leve em conta a historicidade dos conhecimentos, a relação teoria/prática e a preparação para a cidadania, conforme preconizam as Diretrizes, é lida pela lente das ferramentas da gestão empresarial. Segundo a Gerente do Programa (G1, 2017), isso tem sido feito para a criação de uma “consciência de gestão entre professores” e, por consequência, entre estudantes.

A Tecnologia de Gestão Educacional (ICE, s.d.) mobiliza a comunidade escolar a partir de rotinas burocrático-administrativas. Metas, planos de ação, planilhas, ações focais, criação de rotinas, capacidade de liderança tornam-se o léxico de toda a organização do trabalho pedagógico que se caracteriza pela apropriação enviesada das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012), especialmente no que diz respeito ao “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

As premissas da autonomia e senso crítico são interpretadas segundo as perspectivas do mercado em seu ciclo de globalização econômica e financeirização. Portanto, estão em conformidade com os determinantes de uma matriz produtiva que se desenvolve a partir da formação de uma consciência conformada à ideia de um novo disciplinamento para o trabalho.

Então eu tento associar palavras do cotidiano deles com realidades do mercado de trabalho. Então a intenção é trabalhar a consciência do aluno pra quando ele sair daqui ele entender que no mercado de trabalho ele não precisa passar por duas, três empresas pra depois falar, aquele primeiro emprego que eu tive era bom, mas eu não soube dar valor então a gente tenta fazer essa consciência de que ele não precisa errar pra achar o emprego certo, pra quando ele tiver no terceiro emprego ganhando um pouco menos ele falar que devia ter ficado quieto no primeiro que era um bom emprego, se tivesse a cabeça de hoje lá atrás. É uma questão de mudança de consciência primeiramente. (P3, 2017).

A promoção dessa nova subjetividade é o marco regulatório da chamada parte Diversificada da Matriz dos CEPs de Goiás. O momento Projeto de Vida, por exemplo, organiza-se em torno de “ajudar os estudantes a estabelecerem metas, de curto, médio e longo prazo” (P1) que conduzam a uma carreira profissional de sucesso.

A despeito de o Núcleo Diversificado ser apresentado como possibilidade de articulação interdisciplinar dos tradicionais componentes curriculares, tal qual concebem as Diretrizes

(2012), a realidade dos CEPs de Goiás indica, ao invés de um diálogo entre conhecimentos organizados em áreas, a reprodução de uma estrutura didático-pedagógica que ainda mantém segregado e segmentado o trabalho pedagógico. A aula continua sendo a referência dos dois núcleos. Os saberes específicos de cada área ou mesmo os componentes curriculares, além de não se articularem interdisciplinarmente, permanecem ministrados segundo a racionalidade da bimestralização dos conteúdos e da aula de cinquenta minutos como unidade de medida ou padrão de referência.

A aula em sua forma/conteúdo articula todo o processo dos CEPs, que, apesar da retórica da inter ou transdisciplinaridade, contando os momentos Núcleo Comum e Núcleo Diversificado e excluindo alguns poucos momentos isolados tipo dia “D” (culminâncias de eletivas, datas festivas ou jogos interclasse), organizam-se predominantemente em aulas. São nove diariamente, quarenta e cinco ao longo de toda a semana, mais de mil e quinhentas por ano. “Então a gente tem mais oito disciplinas da base diversificada que são todas lincadas com a base comum, então durante o dia os meninos têm nove aulas por dia. E é aula, aula mesmo” (P2, 2018).

O Currículo de Referência instituído em 2012, também em conformidade com os novos marcos legais, que determinam, por exemplo, a criação das bases comuns curriculares, mantém uma organização curricular que fragmenta o conhecimento em conteúdos e os regula de acordo com uma bimestralização única, definida pela SEDUCE/GO para todas as unidades de ensino do Estado, além do que estabelece um aprofundamento da divisão seriada, não paritária, hierárquica e excludente de componentes curriculares.

Tanto é assim que, além de o Currículo de Referência (GOIÁS, 2012) ter suprimido a educação física de seu texto, o Programa de Fortalecimento do Ensino Médio Noturno (PROFEM/2017) simplesmente retirou o componente curricular do ensino médio noturno das unidades de ensino do estado de Goiás. Aproveitou então de uma perigosa lacuna aberta no item V do Art. 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2012), que permite à “(...) modalidade de Educação de Jovens e Adultos, observadas suas Diretrizes específicas (...) uma organização curricular e metodológica diferenciada para os estudantes trabalhadores. Aproveitou ainda de uma grande brecha da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), que tornou facultativa a prática da Educação Física a trabalhadores e maiores de 30 anos. Desse modo, a SEDUCE/GO, sob o argumento da necessidade de fortalecimento e inovação do ensino médio noturno reestruturou a matriz curricular retirando os conhecimentos específicos da educação física. A ideia de integração

entre educação e as dimensões do trabalho expressa no Art. 5º das Diretrizes Curriculares é subvertida pela SEDUCE de Goiás pela privação do estudante do noturno, em geral trabalhador, do direito ao conhecimento mediado pelos elementos da cultura corporal (esporte, danças, lutas, jogos e brincadeiras, lazer).

Durante a maior parte da jornada diária nos CEPIs, o corpo discente permanece reunido em turmas seriadas fixas. O trabalho pedagógico centra-se no eixo transmissão-assimilação-verificação de aprendizagem.

A criação do Sistema de Avaliação Básica (Saeb), formado por Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc ou Prova Brasil), inicialmente restrita aos componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, e a integração progressiva do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a esse conjunto, conforme Art. 21 das Diretrizes Nacionais do Ensino Médio (DCNEM/2012), permitiram a transformação da avaliação no ensino médio integral em Goiás em uma rotina do Núcleo Diversificado. Essa ação, no limite, acaba por condicionar a organização do trabalho pedagógico segundo a prioridade do que é cobrado nos testes.

Os CEPIs de Goiás, por meio de provas semanais (bloco ou áreas), simulados e do predomínio de carga horária dos componentes curriculares priorizados nos exames em detrimento dos não diretamente cobrados, desenvolvem uma consciência de estudo interessado entre os estudantes. Gramscianamente falando, os professores, como agentes dessa racionalidade, atuam como intelectuais orgânicos de promoção dessa subjetividade condicionada pela pragmática dos testes de resposta ao item.

O trabalho pedagógico é mediado quase que exclusivamente por objetivos definidos externamente ao processo (testes, avaliações, provas, simulados e alimentação do sistema estadual de armazenamento informatizado de dados), o que enreda a atividade docente propriamente dita nos limites do prescrito. Nesse sentido todo o trabalho pedagógico passa a ser estruturado externamente por objetivos/avaliações definidos pela Secretaria de Educação, o que necessariamente impacta necessariamente na definição dos conteúdos/metodologia.

Conforme Freitas em referência à racionalidade das avaliações em larga escala do projeto neoliberal para a educação pública:

O efeito esperado é que o controle se dê, agora, pela via da avaliação externa e não mais burocraticamente. No entanto, melhor ainda se esse controle externo for complementado por outro, baseado nos procedimentos de Qualidade Total, um poderoso instrumento de controle social entre pares. (FREITAS, 2001, p.258)

Apesar de a expansão da jornada possibilitar a ampliação do tempo disponível para planejamento docente na escola, que passou a compor a carga horária semanal do professorado a partir da implantação dos CEPIs, o que a realidade tem evidenciado é o isolamento dos professores em uma infinidade de tarefas burocráticas criadas pelas ferramentas de gestão do Programa. A maior parte dos momentos de não aula, 17 períodos semanais de 50 minutos cada, distribuídos pelo quadro de horários, acaba sendo tomada por rotinas administrativas como conselhos de classe, informes sobre procedimentos, estudo de manuais operacionais, discussão de índices, lançamento de notas, alimentação do sistema informatizado de dados – SIAP - com conteúdo e frequências e preparação e correção de uma infinidade de provas.

Os procedimentos de mensuração e controle externo condicionam todo o trabalho pedagógico. “Então assim, esse primeiro bimestre foi bem conturbado, bem conturbado mesmo, prova em cima de prova, correção, e depois lança calculando errado, e depois corre atrás de ficar mandando saque pro pessoal pra arrumar” (P1, 2017). Os manuais de organização do trabalho pedagógico dos Centros de Ensino em Período Integral do Estado de Goiás reproduzem do receituário dos reformadores empresariais da educação básica a perspectiva de controle externo da atividade docente por meio das avaliações padronizadas segundo a lógica dos simulados e testes dos antigos cursinhos pré-vestibulares. Tomando de empréstimo a análise de Freitas acerca desse tipo de controle:

As escolas têm “autonomia” para ensinar seus alunos, mas se tais alunos não passam nas avaliações externas, a escola será alvo de medidas corretivas – não necessariamente punitivas, mas todas destinadas a assegurar os objetivos globais da escola, ou seja, assegurar o controle do projeto político da escola de fora para dentro. (FREITAS, 2001, p. 258)

Conforme outra professora da unidade de ensino pesquisada em Goiás, essa racionalidade passou a determinar toda a sua forma de pensar o conteúdo e encontrar a melhor maneira de transmiti-lo. Isso, no limite, tem significado não permanecer muito tempo em uma mesma temática, não desenvolver grandes aprofundamentos ou mesmo enxugar as estratégias metodológicas para ter condições de apresentar os conteúdos mínimos que deverão aparecer nos testes semanais.

A correria que nós estamos vivendo é pela escola de tempo integral mesmo (...). Desde 2013 tá assim, porque a proposta é de preparar os alunos pro ENEM, né? E por ser uma Escola só de Ensino Médio e que a princípio as pessoas pensavam se ia ser uma escola integral, se ia ter mais atividades culturais, essas coisas, e não, ela é focada no ENEM. (P2, 2018)

Assim, o Estudo Orientado, o Pós-médio e a Avaliação Semanal, três momentos correlatos do Núcleo Diversificado do Programa, ainda que partam da necessidade de criação de uma disciplina de estudos, acabam por reduzir a relação sujeito/conhecimento à lógica da repetição enfadonha, do treinamento, do aprendizado utilitário e da recompensa mais imediata possível, no caso específico a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a possibilidade precoce de inscrição em uma carreira profissional, procedimento que o referencial gramsciano permite interpretar como altamente interessado, tendo em vista seu caráter prático-instrumental. Conforme Gramsci a tendência da era moderna, o circuito aberto pelas revoluções burguesas, é

Abolir qualquer tipo de escola “desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres (...), bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua atividade são predeterminados. (GRAMSCI, 1989, p. 118)

Os Centros de Ensino em Período Integral de Goiás apesar de todo o esforço de ruptura com a lógica da escola interessada, ao fim e ao cabo permanecem enredados pela pragmática do conhecimento enviesado pela premissa do imediatamente útil. Ainda que o projeto acene para a tentativa de resolver os vícios históricos que caracterizam o processo de estruturação da educação das populações juvenis, ainda persiste o dilema de como o trabalho, a ciência e a cultura deem articular de fato como mediações de primeira ordem na formação de subjetividades caracterizadas pela autonomia, pela criatividade e pela responsabilidade política. Para Nosella (2016) esses aspectos emergem de forma aguda e febril entre os jovens, mas nem sempre são estimulados pelo ensino médio, em função da força dos procedimentos didático-metodológicos amesquinados e interesseiros, ministrados ainda em função dos exames de seleção para o ensino superior.

Nesse processo de pequena atenção à totalidade das mediações que permitem compreender a realidade como expressão de um complexo histórico e contraditório, a flexibilização restritiva a ideia de itinerários formativos diferenciados, postulados pelas Diretrizes Curriculares, são apropriados de modo próprio e ressignificado.

Isso se percebe, por exemplo, nas atividades do Protagonismo Juvenil e das Eletivas, dois outros momentos do Núcleo Diversificado, nos quais, ainda em um formato muito próximo do padrão aula, o corpo discente se reúne em pequenos grupos para o desenvolvimento de habilidades específicas, ensinadas pelos mesmos professores, no caso das eletivas, e pelos

próprios estudantes, no caso do Protagonismo. Em ambos os casos, organizam-se pela pragmática da distribuição verticalizada de saberes selecionados em não raros os casos pela indução da indústria cultural.

Considerações Finais

O fechamento da primeira fase de adequação do ensino médio em Goiás às Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, especialmente no que diz respeito à estruturação do ensino médio em tempo integral, além de expressar o sentido de qualidade de educação no contexto de gestão social-democrática do Estado de Goiás, revela a reprodução literal das experiências de ensino integral já desenvolvidas nas regiões Nordeste e Sudeste do país. Portanto, essa é uma contradição da própria reforma goiana, que preconiza a inovação e o protagonismo como pilares ideológicos do Programa Jovens do Futuro.

Os CEPs, instalados e geridos em Goiás entre os anos de 2013 e 2018 pelo governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), apresentam uma perspectiva de escolarização organizada a partir das tecnologias de gestão empresarial. As ferramentas de administração do mercado econômico, as principais diretrizes dos organismos multilaterais e dos chamados reformadores empresariais da educação, conforme expressão de Freitas (2012), oferecem os princípios conceituais da reforma goiana, que inclui entre os principais mecanismos de regulação a avaliação em forma de testagem estandardizada e a meritocracia (bonificação por resultados para estudantes e por assiduidade para docentes).

Nesse contexto, o pressuposto legal e estratégico da necessidade de ampliação dos níveis de escolarização da população entre 14 e 17 anos ocorre enviesado pela educação de uma subjetividade juvenil capaz de operar em conformidade com o léxico do setor econômico-empresarial. A educação para o empreendedorismo, para a formação de indivíduos protagonistas, para o desenvolvimento de habilidades e competências do universo corporativo é o pilar do ensino médio em tempo integral em Goiás.

A experiência desenvolve-se inicialmente por meio de uma releitura seletiva das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB/2013), com ênfase na testagem contínua e na construção de um Núcleo Diversificado organizado a partir da ideia de flexibilização e diferenciação curricular, uma espécie de projeto-piloto para o que viria a se

constituir após o Golpe de 2016, no princípio do ensino médio integral pós-Lei nº 13.415, aprovada em 2017.

A possibilidade de uma “grade curricular diversificada e flexível”, de uma “Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”, de “itinerários formativos diversificados”, de “avaliação sistêmica, certificadora e classificatória”, elementos presentes já nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio de 2012 (BRASIL, 2012), corresponde ao conjunto de ideias-força que permitem e orientam o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas diferenciadas e dinamizadas nas chamadas disciplinas eletivas, nas práticas de laboratório, no estudo orientado, nos estudos pós-médio, nos momentos de Protagonismo Juvenil e Projeto de Vida.

A despeito da ampliação da jornada diária, de o quadro docente poder cumprir toda a sua carga horária no mesmo colégio, da organização dos componentes curriculares por área de conhecimento, da abertura das unidades de ensino para novos tempos/espços de formação, do alargamento da noção de organização do trabalho pedagógico, da ideia de acolhida como parte do processo formativo, os CEPIS de Goiás ainda demonstram grande dificuldade em superar a lógica da aula como tempo/espço prioritário da formação. Todas as ações do Núcleo Comum obedecem à dinâmica da aula, seriada, centrada em conteúdos previamente definidos pela SEDUCE/GO (bimestralização de conteúdos), distribuídas de modo não paritário pelas diversas disciplinas curriculares, fragmentadas em intervalos regulares de 50 minutos e controladas por diversos instrumentos de testagem internos e externos.

Esse limite estrutural, como não poderia deixar de ser, acaba constituindo-se no grande balizador de todo o trabalho pedagógico das unidades de ensino. Ainda que a ideia de formação integral pressuponha a ruptura com os limites de uma escola enquadrada em protocolos, procedimentos e esquemas previamente determinados e estruturados, os CEPIS não conseguem fugir do disciplinamento formal da célula *mater* da escola tradicional, a aula. O trabalho pedagógico de todos os colégios é previamente padronizado nos Manuais Operacionais (exatamente isso, Manuais Operacionais) da SEDUCE/GO. Desse modo, todas as ações diárias, inclusive as atividades do Núcleo Diversificado, os momentos de avaliação, testagem, estudo orientado, planejamento pedagógico, são contabilizadas a partir da unidade padrão aula.

Portanto, percebe-se que o principal limite da estruturação do ensino médio integral em Goiás é o controle, conservado na racionalidade do procedimento hora/aula e simultaneamente resignificado nas chamadas Tecnologias Empresariais, que, ao uniformizarem todos os CEPIS, esvaziam a organização do trabalho pedagógico das unidades de ensino daquilo que deveria ser o elemento fundante, isto é, o trabalho como categoria ontológica.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Brasília, DF: MEC, 1996a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ecn1496.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 25 set. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 2 maio 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009**. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm. Acesso em: 2 maio 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 5/2011**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 24 jan. 2011. Seção 1, p. 10.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02/2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 de janeiro de 2012b, Seção 1, p. 20.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, SEB, DICEI, 2013b.

BRASIL. **Relatório Educação para Todos no Brasil, 2010-2015**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002326/232699por.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

FERREIRA, Terita Michele. **Há algo de novo no ensino médio em Goiás? Os sentidos do trabalho no Programa Novo Futuro**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.33, n.119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>. Acesso em: 26 jan. 2021.

GOIÁS. (Estado) Secretaria Estadual de Educação. **Currículo de Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás**. Goiânia, 2012. Disponível em: <http://www.seduc.go.gov.br/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. **Lei nº 17.920, de 27 de dezembro de 2012**. Goiânia: Diário Oficial do Estado de Goiás, 2012. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2012/lei_17920.htm. Acesso em: 21 set. 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **O novo século** (entrevista a Antonio Polito). São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/default.shtm>. Acesso em: 2 maio 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2015**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>. Acesso em: 19 set. 2018

ICE (I). **Modelo de Gestão - Tecnologia Empresarial Socioeducacional (TESE)**. Uma Nova Escola para a Juventude Brasileira. Manual Operacional-Guia de Aprendizagem. Recife, s.d.
NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 36., Goiânia, 2013.

NOSELLA, Paolo. **Ensino Médio à luz do pensamento de Gramsci**. Campinas, SP. Autores associados. 2016.

UNESCO. **Relatório Monitoramento Global EPT: Educação para Todos – 2000-2015**. Brasília, DF: Unesco, 2015. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002325/232565por.pdf>. Acesso em: 8 maio 2019.